PAUTA
Reunião do CREP do SINESP
3/10/2025

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Reunião do Conselho de Representantes
3/Outubro/2025

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

A. Conjuntura

Acontecimentos recentes dão os contornos da complexidade atual nos quadros nacional e internacional, com reflexos no Estado e na Cidade de São Paulo, moldam o cenário e reforçam a necessidade de fortalecer as lutas da categoria em defesa da soberania, da democracia, da educação pública e estatal, da carreira dos servidores públicos da educação, do concurso público e de direitos históricos que estão sendo atacados.

O tarifaço do governo Trump, mesmo com o recuo inicial que retirou mais de 700 produtos nacionais da lista, atinge vários setores produtivos e impõe dificuldades para escoar seus produtos, principalmente aqueles que concentravam vendas no mercado dos EUA.

Os esforços do governo brasileiro continuam para derrubar as taxas. Há a expectativa de uma reunião entre os presidentes Lula e Trump, colocada como possibilidade após o rápido encontro dos dois na ONU. Também há movimentos de empresários e parlamentares estadunidenses no mesmo sentido, que consideram incabível taxar um país que mais compra do que vende e que fornece produtos essenciais para mercado dos EUA.

Por outro lado, a taxação e a perda de mercado levam o Brasil e os setores empresariais prejudicados a buscarem novos parceiros comerciais e a reverem as relações econômicas e políticas com o mundo. Esse movimento envolve grande número de nações, dos BRICs à União Europeia, e colocam a possibilidade de uma reconfiguração da economia mundial marcada pelo declínio da hegemonia americana e do dólar e pela aceleração do posicionamento da China como a maior potência mundial.

Nesse caminho, o argumento inicial usado por Trump para a tarifaço perde apelo e deixa de fazer efeito. A condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de estado, que Trump exigia que não ocorresse, foi confirmada pelo STF.

No Brasil, a reação mais direta veio dos deputados do Centrão, do presidente da Câmara dos Deputados e dos parlamentares de extrema direta, que apresentaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Prerrogativas, batizada pelo povo de "PEC da Impunidade", "PEC da Blindagem" e "PEC da Bandidagem".

A PEC foi arquivada no Senado a partir da pressão exercida pela mobilização da população. O SINESP participou da manifestação junto com outros sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares e a população para repudiar a PEC da impunidade e defender a soberania nacional frente à tentativa de intervenção do governo Trump.

Se a PEC da impunidade fosse aprovada, impediria que parlamentares e até presidentes de partidos fossem investigados pela Polícia Federal (PF) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sem a autorização deles mesmos e ainda com voto secreto. Permitiria, portanto, que os parlamentares praticassem qualquer crime sem se preocuparem com a abertura de investigação.

Os mesmos deputados também aprovaram o requerimento de urgência para o Projeto de Lei (PL) 2162/2023, direcionado a anistiar os condenados pela tentativa de golpe contra o Estado brasileiro de 8/1/25.

Essa iniciativa também foi enfraquecida pelo repúdio popular e pela forte mobilização do dia 21 de setembro.

Os partidos que defendem a anistia buscam um texto de consenso para o PL, mas até o momento não chegaram a uma formulação que consiga uma maioria para ser aprovada. Para exercer pressão, estavam chantegeando, segurando a aprovação final da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$ 5.000 mensais, iniciativa do governo Lula que deve beneficiar 10 milhões de brasileiros e impulsionar o consumo popular e a economia. Mas também nisso tiveram de recuar (*veja no item I*).

B. A luta contra a intervenção privatista do governo continua!

O SINESP está firme na luta em defesa dos diretores afastados, de todos os gestores educacionais, do corpo docente e demais trabalhadores da educação, uma vez que todos serão afetados e prejudicados caso o projeto privatista do prefeito não seja derrotado na luta.

Nesse sentido, obteve uma grande vitória no dia 10 de julho. A justiça acatou pedido de liminar feita pelo Sindicato para suspender os atos da prefeitura contra diretoras e diretores, determinou o retorno deles às escolas em que atuam e às funções no cargo em que foram aprovados por concurso. Por solicitação do governo, os efeitos da liminar foram suspensos no STJ até o julgamento. Com isso a SME novamente afastou os diretores e os convocou para a "formação".

A luta continua com presença permanente do Sindicato nas escolas, informando e mobilizando a categoria, com organização e participação em ações sindicais e políticas de denúncia do ataque privatista do prefeito, com trabalho contínuo na esfera judicial direcionado ao julgamento do mérito contra o afastamento. E também por outros objetivos, como a derrubada da Lei 18.221/24 e o fim da terceirização da gestão de novos CEUs e unidades da Educação Infantil à administração privada de OSs.

O SINESP faz um chamado especial para a participação dos filiados aposentados nessas lutas. Defender a Educação Pública contra a privatização, o concurso e a carreira é tarefa de todos que querem os direitos da população respeitados e um país mais justo e mais igualitário. Entre os diversos motivos para essa luta está, também, a garantia de arrecadação para o sistema próprio de previdência, que é fragilizado à medida que profissionais terceirizados entram na rede, em vez de concursados, e coloca as aposentadorias atuais e futuras em risco.

C. Ato em Defesa da Educação

O SINESP está construindo, junto com as demais entidades que representam e defendem os trabalhadores da educação e compõem a COEDUC, Sinpeem e Sedin, com toda a categoria, com o movimento estudantil, o CRECE e a sociedade civil um grande ato em defesa da Educação Pública e seus profissionais!

A manifestação deverá ser realizada na Av. Paulista. Além do ato político, o SINESP está programando várias ações que envolvam o fazer da educação pública.

D. Ação do SINESP contra item do edital de remoção 2025

Assim que o Edital de Remoção 2025 foi publicado, o Departamento Jurídico do SINESP identificou ilegalidades no item 11.1.2. Esse dispositivo excluía do cálculo das vagas iniciais para remoção os docentes sem regência.

Se a SME efetivar esse item, a RME sofrerá inúmeros prejuízos. A ausência desse módulo compromete a composição das equipes e precariza as equipes e o funcionamento das unidades educacionais, porque gera falta de profissionais com impacto imediato sobre o trabalho pedagógico e administrativo das equipes gestoras.

Diante desse quadro, que levaria insegurança à condução dos trabalhos nas UEs, o SINESP protocolou no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) uma Ação Declaratória de Nulidade Parcial de Ato Administrativa com pedido de tutela de urgência contra o item 11.1.2.

Entendendo a gravidade da situação, o Poder Judiciário concedeu a tutela de urgência ao SINESP e determinou à PMSP a inclusão das vagas de módulo sem regência no cálculo para o concurso de remoção até que seja proferida a decisão final da ação na Justiça.

O SINESP luta contra qualquer medida arbitrária, ou ilegal, que ataque os direitos da categoria, os serviços e os servidores públicos.

E. SINESP denuncia ao MP a adesão obrigatória ao Programa São Paulo Integral

O SINESP formulou denúncia ao Ministério Público contra as alterações do Programa São Paulo Integral constantes da IN 38/2025, que violam o princípio da gestão democrática ao imporem a adesão ao Programa a todas as escolas.

No mesmo sentido, denunciou a IN 39/2025, que extingue o módulo sem regência de professores para classes do 6º ao 9º ano participantes do Programa, levando à perda de profissionais nas UEs, o que causa uma falta ainda maior de profissionais e piora as condiçoes de traablho na RME. O Ministério Público acolheu a denúncia do SINESP e a juntou a um proce-

dimento de fiscalização desse programa já em andamento em seu Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC).

Essas medidas da SME estão no contexto de sua prática cada dia mais autoritária. Os problemas das INs denunciadas foram levados pelo SINESP à mesa de negociação, para combater e impedir desmandos. O SINESP está na luta por nenhuma perda de direito!

F. Contra o fechamento de salas de EJA

O SINESP é defensor do direito à educação pública estatal, que é garantido por lei ao cidadão, independentemente da fase da vida em que ele se encontre, e luta para que a PMSP respeite a legislação e a demanda da população que busca aprendizado.

Nesse sentido, diante do fechamento de salas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o SINESP tem exigido medidas da prefeitura que garantam o direito da população à educação nessa modalidade.

Além das cobranças feitas nas reuniões com a SME, o SINESP exigiu, em ofício enviado ao secretário de Educação, no dia 26/9/2025, o cumprimento de meta estabelecida no Plano Nacional de Educação sobre o fortalecimento e a garantia de vagas na EJA e lembrou que essas ações de valorização da modalidade estão no pacto de alfabetização, documento de que a Secretaria Municipal de Educação (SME) é signatária. SME tem que cumprir os acordos que assumiu.

No documento, o Sindicato requer que a SME:

▶ Respeite o cadastro de estudantes feito pelas unidades educacionais (UEs);

▶ Respeite o planejamento das UEs, aprovado pelos conselhos de escola, sobre a quantidade de turmas da EJA que devem ser abertas;

▶ Garanta a abertura de classes.

▶ Realize o chamamento público para o cadastro da demanda e a criação de novas vagas na EJA.

G. Descongelamento - PLPs 143/20 e 21/23

Após anos de luta, com grande protagonismo dos dirigentes e conselheiros do SINESP e de toda a categoria, que lutaram em São Paulo e em Brasília, o PLP 143/2020, que tem apensado o PLP 21/23, de autoria da Deputada Profª Luciene Cavalcante (PSOL/SP), foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 26/8/2025.

O documento foi enviado ao Senado no dia seguinte, 27/8, por meio do Ofício nº 180/2025/SGM-P. A última atualização de tramitação do documento indica que o texto está aguardando despacho. O PLP do Descongelamento corrige uma injustiça histórica cometida contra os servidores públicos que trabalharam durante a pandemia de Covid-19 e tiveram 583 dias subtraídos, com impacto sobre quinquênios, sextas-partes e equivalentes.

A aprovação do projeto, defendido pela Deputada Profª Luciene Cavalcante, que é filiada ao SINESP, visa a devolver aos servidores públicos esses direitos históricos, colocando fim à injustiça da Lei Complementar 173/2020.

O texto do PLP está em consulta pública no site do Senado. O SINESP pede aos filiados que acessem e votem no SIM.

No QR-Code ao lado você acessa o link para a consulta e os E-mails dos senadores, com uma proposta de txto para ser enviada solicitando a aprovação do PLP.

H. PEC 66

A PEC 66, também conhecida como PEC do Calote, foi aprovada em dois turnos na Câmara do Deputados e no Senado Federal, dando origem à Emenda Constitucional (EC) nº 136, de 9/9/2025.

O texto da EC 136, aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado pela presidência da República, permite que União, Distrito Federal, estados e municípios parcelem suas dívidas previdenciárias em até 300 meses, ou seja, 25 anos, estendendo o prazo para que sejam pagas aos beneficiários. O SINESP lutou contra essa alteração na lei, porque ela afeta direitos históricos conquistados com muita luta pelo funcionalismo público.

A emenda constitucional impõe limites orçamentários para o pagamento de precatórios, que antes eram fixados em 5% da Receita Corrente Líquida e agora poderão variar de 1% a 5%.

Até 2026, os pagamentos de precatórios previdenciários estarão fora do teto de gastos, mas, a partir de 2027, serão incorporados gradualmente em percentual mínimo de 10% do estoque de precatórios ao ano. A partir de 1/8/2025 a atualização monetária dos precatórios passa a ser feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com juros simples de 2% ao ano. Se este valor ultrapassar a Selic, o índice utilizado será a Selic.

Desde que a PEC 66 começou a tramitar em Brasília, o SINESP e a assessoria parlamentar que trabalha para o Sindicato na Capital Federal fizeram inúmeras articulações em luta para que o texto fosse arquivado.

O SINESP está na luta e entrou com pedido para ser admitido como "amicus curiae" na ação da OAB, e aguarda uma manifestação a respeito.

I. Mobilização popular conquista isenção do IR na Câmara

A aprovação pelos deputados da isenção do Imposto de Renda para salários até 5 mil com 100% dos votos mostra a força que tem a mobilização popular.

A manifestação do dia 21 de setembro foi extremamente potente, a ponto de derrubar a PEC da blindagem e conquistar a isenção do IR, que os deputados de direita condicionavam à aprovação da anistia aos que participaram da tentativa de golpe de Estado de 8/1/25.

O plebiscito popular também cumpriu papel determinante ao levar para a população a discussão da justiça tributária, com a isenção de IR para os brasileiros que ganham menos, a taxação sobre os super-ricos e o fim da jornada 6X1.

O SINESP defende a pauta da isenção para os mais pobres e a taxação dos super-ricos. O Brasil é um dos poucos países do mundo em que a taxação é regressiva. Ou seja, quem tem menos paga mais impostos. Isso precisa ser invertido.

Por isso impulsionou ativamente o plebiscito popular, levando o tema e a votação para as escolas e para as ruas, para dialogar com a categoria e com a população. E participou com destaque da manifestação no dia 21/9.

O Projeto de Lei 1087/2025 foi aprovado na Câmara dos deputados no dia 1/10. Todos os 493 deputados presentes votaram a favor. Apenas 18 estavam ausentes por motivos diversos e não votaram.

O texto foi apresentado pelo governo Lula, cumprindo promessa de campanha de isentar os mais pobres de pagarem Imposto de Renda. Agora segue para o senado, o mesmo que arquivou a PEC da blindagem aprovada na Câmara. Uma vez aprovado e transformado em lei deve vigorar já a partir de 1/1/2026.

O PL tira do Imposto de Renda os trabalhadores e trabalhadoras com salários no valor de até R$ 5 mil. Esses ficarão totalmente isentos, enquanto valores entre R$ 5.000,01 e R$ 7.350,00 terão redução progressiva até zerar. Acima desse patamar, não haverá redução. Essa regra também se aplicará ao 13º salário.

A proposta inclui ainda a tributação mensal de lucros e dividendos, estabelecendo que valores pagos por uma mesma empresa a uma pessoa física que ultrapassem R$ 50 mil por mês serão tributados na fonte à alíquota de 10%, sem direito a deduções.

Essa taxação sobre a renda dos mais ricos é necessária para compensar a queda de arrecadação com a isenção à base da pirâmide social e para promover justiça tributária, melhor distribuição de renda e para colocar mais dinheiro em circulação, impulsionando o desenvolvimento econômico.

A luta continua pela redução da jornada, o fim da escala 6X1 e pelo fim de isenções de impostos para operações financeiras que permaneceram e só beneficiam os super-ricos.









J. SINESP mobiliza contra a Reforma Administrativa - PEC 32/20

O SINESP está em intensa mobilização, no Congresso Nacional, junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, e em outras frentes, contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020). No momento, busca garantir apoio parlamentar contra o projeto, que é uma ameaça de privatização e desmonte dos serviços públicos promovida pelo "Centrão e a Extrema Direita".

Alterações destrutivas na Constituição

A PEC 32/2020 começou a tramitar no governo anterior e está parada nessa legislatura. Ela altera a estrutura de pessoal da administração pública e, sob a tão pretensa quanto falsa justificativa de aprimorar a eficiência do serviço público e diminuir despesas, traz mudanças destrutivas para o serviço público e as carreiras dos servidores.

A proposta atinge os futuros servidores dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e das três esferas de governo (federal, estadual, distrital e municipal).

As mudanças mais significativas incluem:

1. **Extinção de Carreiras e Reestruturação de Salários.**
2. **Criação de Novos Vínculos**: A PEC prevê cinco novos tipos de contratação: vínculo de experiência (como etapa de concurso), vínculo por prazo determinado, cargo com vínculo por prazo indeterminado, cargo típico de Estado e cargo de liderança e assessoramento.
3. **Fim da Estabilidade** para a maioria: A estabilidade, hoje uma prerrogativa constitucional que protege o servidor de perseguição política e demissões injustificadas, seria restrita apenas aos servidores de "carreiras típicas de Estado" (a serem definidas por lei complementar). Servidores em outros cargos não teriam mais essa garantia.
4. **Novas Regras de Remuneração**: O relator adiantou pontos como tabela única de remuneração, progressão baseada em desempenho, bônus por resultado e 14º salário condicionado ao cumprimento de metas.
5. **Novo Regime e Estrutura**: A proposta permite a extinção de carreiras e a reestruturação de salários.

Uma luta prioritária

O SINESP, junto com outras entidades sindicais, defende que a estabilidade é fundamental para proteger o interesse público, garantir a impessoalidade e o trabalho isento de interesses políticos na máquina do Estado.

A defesa do concurso público e das carreiras como forma única de acesso aos cargos públicos, outra defesa histórica do SINESP, se opõem ao enfraquecimento dos concursos e consequente incentivo ao apadrinhamento político que está embutido na PEC. Luta também contra a extinção de carreiras típicas do Estado, a limitação do direito de greve com imposição de avaliações de desempenho punitivas, além da criação de vínculos por prazo determinado que estão na proposta.

Também se opõe à proteção aos "membros de Poder" (como magistrados e promotores) contida no texto, bem como à aprovação de um novo regime jurídico para os futuros servidores, que pode criar dois regimes: um com garantias para os "cargos de atividade exclusiva de Estado" e outro para os demais, que seriam considerados passíveis de substituição por terceirizados ou celetistas, sem proteção.

Essa luta está na ordem do dia e o SINESP faz um chamado a todos os filiados para uma participação forte, porque a aprovação dessa reforma pode significar o fim dos serviços e dos servidores públicos como são hoje, com enorme prejuízo para os trabalhadores e para o país.

Agenda da luta contra a reforma administrativa

14/10 – Audiência pública sobre a reforma administrativa no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. O SINESP convida os diretores de escola afastados pelo prefeito Ricardo Nunes para participarem dessa ação, mostrando o quão perversas e injustas têm sido as ações contra os serviços e os servidores públicos, que atingem trabalhadores de todo o país.

29/10 - O SINESP estará em Brasília, em 29 de outubro, juntamente com outras entidades sindicais na **Marcha da Classe Trabalhadora para lutar contra a reforma administrativa (PEC 32/2020)**. O projeto, que começou a tramitar no governo Bolsonaro, pode ser ressuscitado na Câmara dos Deputados pelo presidente da casa, o deputado Hugo Motta (Republicanos - PB).

K. Ações Judiciais

Ação dos 81%

Uma vitória recente favorece todos os representados pelo SINESP. O Juiz não acolheu recurso da prefeitura, que queria considerar a data da sentença como data corte para cadastro do reajuste de 25,32% no padrão de vencimentos. Fica mantido o que está na sentença, que é o cadastro do reajuste independentemente da data de entrada na prefeitura. Essa decisão foi uma vitória importante que favorece todos os filiados.

Depois da apresentação, no processo judicial, do acórdão que confirma essa importante vitória, o jurídico do SINESP entrou com embargos de declaração questionando pontos do texto. Os resultados podem abrir a possibilidade da abertura de um quinto lote para essa ação.

PASEP

O SINESP tem ação coletiva para assegurar que todos os filiados que entregaram a documentação sejam contemplados com o pagamento dos valores devidos.

Os processos que se encontravam parados tiveram o andamento retomado, o que permitirá avanços nas próximas etapas. O Sindicato permanece atento às movimentações e adotará todas as medidas necessárias para garantir a efetividade da ação.

Vale refeição

A ação coletiva ajuizada pelo SINESP para cobrança dos valores de vale-refeição não pagos entre janeiro e junho de 1999 foi julgada procedente. O processo se encontra atualmente em grau de recurso, com apelação pendente de julgamento no TJSP. O Sindicato acompanha a tramitação para assegurar o cumprimento do direito reconhecido judicialmente.

L. 28º Congresso do SINESP

O SINESP realizou seu 28ª Congresso anual de 9 a 12 de setembro, com participação recorde da categoria, contando com uma quantidade expressiva de filiados aposentados, numa demonstração de que cresce a consciência para a luta coletiva em defesa da educação pública, da carreira e dos direitos dos profissionais da educação.

O evento teve conferências, palestras e painéis que conduziram a reflexão de temas cruciais, como os ataques privatistas à educação pelo governo atual, o avanço da destruição ambiental e o contexto neoliberal em que esses fenômenos se dão.

Nada é poupado em nome da acumulação e concentração da riqueza nas mãos dos bancos, das corporações e dos aplicadores financeiros. A natureza é friamente castigada e sofre intensamente com o aquecimento global e a degradação de ecossistemas promovida pela exploração desenfreada de recursos, que o capital se recusa a mitigar em nome de sustentar seu contínuo crescimento.

A privatização, atualmente focada na educação e em outros serviços públicos, é uma das principais ferramentas neoliberais para expropriar recursos da sociedade. O que ocorre hoje no estado e na cidade de São Paulo, com ataques a direitos consagrados, como a lotação, e o afastamento de diretores é a prova de que o caminho para a privatização da educação pública e o favorecimento de grupos empresariais está na pauta dos governos de direita e extrema direita, que abrem caminho com a investida contra os gestores.

A implementação desse projeto por esses governos, que utilizam crescentemente várias formas de violência, coloca a urgência de uma mobilização contínua e robusta da categoria e da sociedade em defesa da Educação Pública e da carreira do magistério.

Nesse sentido, as conferências, palestras e debates do congresso analisaram o cenário crítico da Educação municipal, em que desafios históricos são intensificados pelo assédio privatista e pelas crises decorrentes das políticas neoliberais aplicadas por sucessivas administrações municipais.

O debate e a aprovação das lutas para o próximo período é o ponto alto do Congresso, em que as demandas e desafios são analisados em grupos, para dar espaço à participação de todos, e são concretizados em um rico rol de lutas aprovadas na plenária final com todos os congressistas reunidos.

O SINESP está permanentemente em luta. Diariamente, percorre os territórios, dialoga e mobiliza gestores, toda a categoria e atua junto às comunidades e a população. Está presente nas diversas esferas parlamentares e judiciais para salvaguardar os interesses da categoria e da educação pública estatal de todas as formas possíveis.

Foi com esse espírito que o 28º Congresso foi organizado, reafirmando o papel central do sindicato na resistência organizada contra os ataques destrutivos à Educação, bem como na promoção de políticas públicas educacionais radicalmente comprometidas com a justiça social, envolvendo tanto a categoria quanto toda a sociedade.

